

POR UMA EDUCAÇÃO À SERVIÇO DO POVO
TESE DO COLETIVO PEDAGOGIA EM LUTA AO VII CONGRESSO DE
ESTUDANTES DA UFC

"Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar".

Bertold Brecht

Apresentação

O coletivo “Pedagogia em Luta”, filiado à RECC – Rede Estudantil Classista e Combativa surge na perspectiva de combater as políticas educacionais que precarizam cada vez mais os estudantes e trabalhadores, em um referencial classista que enxerga a centralidade do trabalho na constituição do sistema educacional. O “Pedagogia em Luta”, coletivo de pretensão nacional, atualmente se organiza na UNB e UFC, e conta com um “pró – coletivo” em Marília – SP. Nesta tese, encontram-se resumidas as orientações e discussões teórico – práticas do coletivo “Pedagogia em Luta”, prezando pelo trabalho de base, convidando os estudantes às lutas por uma educação a serviço da classe trabalhadora e realizando atividades de formação com estudos de teorias importantes à nossa práxis, dado o imediatismo/imobilismo das práticas das entidades estudantis (Centro acadêmico do curso de pedagogia, DCE –UFC e UNE), que não vem representando os interesses dos estudantes. Para lutar por uma educação à serviço do povo e contra as medidas governamentais, deve-se sempre ter em vista de onde vem todos esses ataques contra os estudantes e trabalhadores e a quem privilegia.

Educação e capitalismo: contradições e determinações da educação numa sociedade dividida em classes

A educação deve ser entendida, em nossa sociedade, como uma atividade determinada pelas relações capitalistas nas quais nos inserimos, relações essas situadas dentro da lógica da luta de classes. O sistema de ensino, as políticas educacionais e as funções das escolas e universidades acompanham as necessidades de acumulação de capital e refletem as especificidades do capitalismo local, da divisão internacional e social do trabalho e da conjuntura política. Sendo assim, para compreendermos a educação e para qual classe está servindo, devemos nos perguntar como esta se encaixa no modelo capitalista no qual vivemos. A educação, exercida através do Estado capitalista e das grandes empresas do setor educacional, é uma educação classista: provindo das classes dominantes, ela nunca será igual para todos, até porque as condições de vida dos trabalhadores e dos burgueses são opostas. Existindo uma relação dominação, há interesse de se perpetuar o ensino desigual. Então, longe de ser a solução de todos os problemas, como proclamam os educacionistas e muitos reformistas, a educação no capitalismo não exclui as diferenças de classe, muito menos dá oportunidades iguais para todos, argumento máximo para aqueles que defendem a meritocracia materializada nos vestibulares e exames excludentes dos filhos do povo. Assim, educação dada para a classe trabalhadora é muito inferior à educação que os filhos de famílias ricas têm acesso. Porém, a classe trabalhadora não deve desistir de lutar por um ensino de melhor

qualidade, pelo direito e acesso universal a todos os níveis de ensino, pelo saber científico etc. Sua função é de resistir ativamente às tentativas do Estado e dos empresários de precarizarem ainda mais a educação desigual que esta tem acesso e de resistir ao uso da educação a serviço da exploração/dominação e reprodução do capital, sendo esta uma luta por melhores condições de vida que se manifesta dentro da luta de classes. Mas essa luta só será consequente se estiver ligada a um projeto de classe e de sociedade onde seja possível uma nova e realmente igualitária educação, uma nova escola e universidade, que ultrapasse os limites impostos pela propriedade privada e a divisão entre o trabalho intelectual e manual. O **Banco Mundial** é um desses organismos a serviço do imperialismo que dita regras de como as coisas devem ser, dentre elas na educação (quanto se gastar em educação, em que, como, por que, pra quem a educação deve servir etc.). Os governos de diversos países, sendo eles de “esquerda” ou de direita, acatam essas regras e aplicam reformas, em troca de empréstimos que financiarão (ao mesmo tempo que encherão o bolso dos burgueses) as modificações necessárias para o capital. As atuais reformas educacionais aplicadas tem sua origem no Banco Mundial que representa a burguesia imperialista e servem para desmontar o Estado de “bem estar” e aplicar o neoliberalismo. Mesmo estas reformas tendo aparências de “democráticas”, “feitas para o povo”, “para diminuir a desigualdade” são medidas autoritárias que se opõem aos interesses do povo.

Resistência classista à ofensiva neoliberal!

As atuais reformas educacionais neoliberais que se aprofundam em vários países coadunam com os ataques à classe trabalhadora de período de crise, o que se reflete na resistência conjunta entre estudantes e trabalhadores em greves gerais, manifestações, união e solidariedade classista. As rebeliões e levantes estudantis na Argentina, Itália, Inglaterra e Chile, assim como nas rebeliões populares na Grécia e França, com forte peso estudantil secundarista e universitário, demonstram que a única forma de lutar contra a ofensiva neoliberal é unir-se à classe trabalhadora do campo e da cidade, de maneira independente e combativa, opondo-se à fragmentação e desorganização, para frear os ataques do capital e buscar uma educação de qualidade para a maioria esmagadora do povo trabalhador, por uma educação que sirva ao povo, e não aos patrões. Por isso uma posição classista do movimento estudantil é fundamental para a vitória conjunta! Sem ilusões nas vias eleitorais e parlamentares, nem nos partidos reformistas e na burocracias sindicais/estudantis, mas sim na luta e organização direta do povo nas praças e nas ruas!

A necessidade do Movimento Estudantil Classista defender o livre acesso: “ENEMBULAR”

Diante o período de refluxo das lutas estudantis e trabalhistas que vivemos, resultado da hegemonia reformista e governista nas centrais que coordenam as classes trabalhadoras e os estudantes, são poucos os movimentos e grupos que hoje levantam a bandeira do acesso livre ao ensino superior público. A Rede Estudantil Classista e Combativa é uma dos poucos grupos do ME que se declara constante e abertamente para os estudantes como defensora do livre acesso, e muitas vezes é mal-entendida e taxada de “radical”, “utópica” etc. O livre acesso, tão renegado pelos setores conservadores da sociedade, nada mais significa que o fim dos exames classificatórios como vestibular, Enem etc., com o objetivo final de universalizar o ensino superior público. É, assim, uma pauta

democrática básica que todos os trabalhadores, estudantes, e suas organizações deveriam defender, já que a grande parte da população fica excluída desse nível educacional, havendo uma demanda cada vez mais crescente. A luta pela democratização do acesso/permanência no sistema de ensino é também uma luta por melhores condições de vida, juntamente com a luta por uma saúde pública e gratuita, por transporte eficiente etc, e não é recente nos movimentos sindicais e estudantis, assim como em grupos e partidos políticos de esquerda. Para combater o argumento que *eterniza* esse vestibular/enembular que temos hoje (um exame classificatório em massa, passível à fraudes), é preciso olhar para o nosso passado, para outros lugares do mundo, e claro, vislumbrar uma possibilidade de mudança. Em primeiro lugar, como já foi dito, nem sempre existiu vestibular, ou essa forma de exame que conhecemos. Essa forma está presente no Brasil há basicamente 40 anos, e passou e passa por mutações, em diversos locais do país. Então, não há sentido falar que modificar o vestibular é impossível. Cada vez mais é uma maneira que o governo encontra de fazer um funil injusto e cobri-lo de legitimidade meritocrática.

ENADE

O ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) foi criado no primeiro mandato do Governo Lula/PT e persiste até hoje. Esse exame tem por objetivo ampliar a meritocracia dentro das universidades e promover um pensamento único, ao desconsiderar em sua avaliação as diferenças regionais e o rompimento da autonomia didático-pedagógica universitária, demonstrando o caráter mercadológico dentro da lógica do sistema neoliberal. O ENADE contribui para o sucateamento das universidades através do ranqueamento das instituições e de práticas punitivas. As instituições privadas beneficiam-se dos resultados e os utilizam como propaganda, afim de aumentarem a quantidade de alunos e o valor de suas mensalidades. Em contra partida, as instituições públicas são penalizadas através do corte de verbas se não demonstrarem bons resultados quantitativos. O ENADE privilegia empresas e fundações ditas de “apoio” que se instalam nas universidades públicas sugando pessoal, estrutura e conhecimento. Acentuando o caráter privatista e explorador da burguesia capitalista que se utiliza de mão de obra barata e qualificada, manuseando o ensino público para os interesses do mercado e legitimação da desvalorização do Ensino Superior. Esse sistema de avaliação não demonstra preocupação com uma análise da real situação das universidades (exploração dos professores e servidores, precarização da assistência estudantil, etc), nem tão pouco garante o livre acesso da classe trabalhadora e super explorada a um ensino público, gratuito e de qualidade. Portanto devemos levantar a bandeira de: BOICOTE AO ENADE e defendermos uma avaliação qualitativa e que esteja a serviço da classe trabalhadora.

O PNE neoliberal

O novo PNE, que traça metas e estratégias governamentais para os próximos 10 anos (2011-2020), dá continuidade ao último decênio (2001-2010), e ao PDE de 2007, documento guia do programa neoliberal “todos pela educação”. O novo PNE traz várias metas equivalentes ao PNE passado, referente ao Governo Lula, já que estas não foram alcançadas. Como é comum nas reformas educacionais do governo, esse PNE vem sendo aprovado de goela abaixo aos estudantes e trabalhadores. Reforçando a política do governo, a CUT e UNE , fazem a defesa dos fóruns “tripartites” consultivos tal como

o CONAE (que congrega governo, empresários(!) e trabalhadores da educação), que introduzem uma “legitimidade” à projetos como o PNE. O atual PNE é composto com metas/estratégias “governáveis”, escolhidas pelos iluminados do governo, desconsiderando a real necessidade do povo. No ensino superior, o PNE-2011 prevê a massificação sem qualidade para a obtenção de ganhos quantitativos, garantindo o lucro do setor privado, numa lógica mercadológica. O exemplo disso é a continuidade das reformas da educação superior. Sistemas de financiamentos, que endividam os estudantes pobres, aprovação automática para uma maior rotatividade de vagas, investimento na formação tecnológica para o mercado, uso da EaD, etc. Principalmente para as licenciaturas, a EaD (cujos números se multiplicaram no governo Lula) aparece como uma grande cartada: de baixo custo, massificado, eficaz e flexível, é a nova tática do governo para aumentar quantitativamente a formação de professores, sem a qualidade necessária, já tão reduzida no ensino presencial. Também para a pós-graduação, a EaD é vista como um horizonte: vide o primeiro mestrado a distância aprovado recentemente. Não bastasse a contradição em defender um PNE da “sociedade civil”, nos moldes da impossível conciliação entre classes, os paragovernistas mais uma vez aliam-se ao governo na defesa das mesmas propostas, desconsiderando todo o projeto de política neoliberal para a educação proposto no novo PNE e centralizando um debate pelos 10% do PIB pela educação. Consideramos que a discussão sobre o financiamento da educação é importante, porém, como alegam os setores da ANEL, PSOL, e da própria UNE, a luta por esse financiamento **não** está desvinculada do projeto de educação pública nos moldes neoliberais propostos pelo PNE, defender os 10% do PIB tirando a centralidade da luta contra o novo PNE é defender o próprio PNE. Para agravar ainda mais o quadro de apatia e falsas lutas, o espírito reformista de tais setores, convoca um plebiscito em defesa dos 10% do PIB para educação, um método nada combativo, uma bandeira esvaziada que não questiona o tipo de educação que será beneficiada por esse financiamento, financiamento defendido pelo próprio ministro da educação Fernando Haddad. Por isso o “Coletivo Pedagogia em Luta” defende a construção de lutas que não sejam atreladas ao governo e aos empresários, que superem a ilusão dos fóruns tripartites e os métodos não combativos como os plebiscitos e defende a construção de uma greve geral na educação para a conquista de uma educação à serviço do povo.

O REUNI e os atuais transtornos na Universidade

No início do período letivo, sempre nos deparamos com os mesmos problemas: Falta de vagas para suprir a demanda das disciplinas ofertadas, disciplinas obrigatórias não disponíveis para a matrícula, sobrecarga dos funcionários técnico-administrativos, dificuldades de realizar a matrícula no módulo acadêmico, turmas superlotadas, dentre tantas outras questões que desgastam os estudantes antes mesmo do início das aulas. Você já se perguntou quais fatores acarretam esses transtornos já considerados (erroneamente) normais na vida acadêmica? É comum acreditarmos que os servidores técnico-administrativos são os responsáveis por tal situação. Não se engane, os mecanismos de mercantilização do ensino : REUNI, NOVO ENEM/SISU, PROUNI e tantas outras reformas educacionais responsáveis pela precarização da educação e dos estudantes estão por trás destas problemáticas. O REUNI (Plano de Reestruturação e

Expansão das Universidades) através de sua falsa expansão aumenta significativamente o número de estudantes na universidade, porém sua estrutura e número de professores e servidores continuam os mesmos, refletindo-se na superlotação dos R'Us, número reduzido de bolsas, falta de vagas nas residências universitárias, sobrecarga e ineficiência do atendimento médico e odontológico. No curso de Pedagogia, percebemos a necessidade de uma creche para atender não somente o grande número de mães trabalhadoras-estudantes, como também seria importante para criação de novas bolsas e estágios dentro da própria universidade. O NOVO ENEM e o SISU (Sistema de Seleção Unificada) que elitiza ainda mais a universidade e torna o acesso aos filhos da classe trabalhadora ainda mais difícil, complicou não apenas o ingresso destes. O início das aulas e matrículas dos alunos veteranos atrasou-se em muito porque tiveram que aguardar o fim das chamadas do SISU, a prova disso foi o enorme atraso do período de ajustes desse ano. Diante disso convidamos aos estudantes de Pedagogia a lutarem contra a mercantilização do ensino em todos os níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior) e a precarização da assistência estudantil.

Em defesa da greve geral na Educação!

Os servidores técnico-administrativos da UFC estiveram em greve e lutando por melhores condições de trabalho para a categoria, assim como os servidores de demais instituições federais (IFETs) e os professores do estado do Ceará. No IFCE, a greve que se estende por mais de três meses luta contra o congelamento dos salários dos professores e servidores técnico administrativos. Os professores do estado do Ceará lutam pela aplicação da lei do piso com repercussão na carreira. A expansão sem qualidade ofertada pelo REUNI, que aumentou o número de estudantes sem melhorar a estrutura da universidade e nem oferecer a devida assistência estudantil, foi também extremamente sofrível para os trabalhadores de nossa universidade, pois não foram realizados mais concursos para suprir a carência de novos servidores. Outra bandeira fundamental é a retirada do PL 1749/11 (já aprovada!), que compromete o funcionamento do HU (Hospital Universitário) enquanto serviço essencialmente público, pois prevê a intervenção de fundações de apoio privadas, além da contratação de terceirizados, comprometendo a utilização do serviço pela classe trabalhadora que já o recebe de forma precarizada, introduzindo diversos subempregos e reduzindo os concursos públicos. Nesse sentido, acreditamos que a bandeira central para a atual luta das categorias é a greve geral na Educação, como forma de articular estudantes, professores, servidores e terceirizados para barrar os ataques do governo e defender a educação contra o projeto neoliberal. Somos a favor de mais investimento na Educação, **mas não concordamos com a centralidade da bandeira dos 10% do PIB para a Educação e da realização de um Plebiscito Nacional defendido por setores da UNE, ANEL/PSTU e PSOL, pois não representam uma ameaça material aos ataques e não consegue dar caráter orgânico a luta das categorias. Somente a greve geral conseguirá barrar os ataques do governo neoliberal de Dilma/PT a educação.**

A questão da segurança na UFC: entre a segregação social e a retomada dos espaços públicos

Os últimos semestres na UFC foram marcados por intensos assaltos, os mais notórios ocorreram no bosque da Letras, no Campus do Benfica. No Pici a onda de assaltos é mais antiga e recebeu menos atenção da mídia burguesa por ser um bairro periférico. É

preciso deixar claro que os assaltos no Benfica não refletem apenas o aumento da criminalidade, essa seria uma análise superficial. Se quisermos entender profundamente a questão, devemos entender os assaltos e a criminalidade em geral como produto da precarização das condições de vida do povo (habitação, trabalho, saúde, educação). Essa precarização das condições de vida aumentou nas últimas décadas de neoliberalismo que vivemos no país, onde foram atacados os direitos sociais do povo brasileiro a mando de organismos financeiros internacionais como o FMI, BID e Banco Mundial e executado pelos governos Collor, Itamar, FHC, Lula e agora Dilma, visando a participação do Brasil no processo mundial de acumulação capitalista. A resposta dos governos municipais e estaduais cearenses foi transformar as questões sociais, como moradia e trabalho, em caso de polícia, achando que iriam resolver nossas mazelas sociais contratando mais policiais, a exemplo da criação do Ronda do Quarteirão, que possui uma atuação preconceituosa nas periferias, espancando o povo pobre e negro.

A política de segregação da Reitoria é um retrocesso para a universidade

Desde sua posse, a política do reitor Jesualdo Pereira se mostra completamente contraditória. Jesualdo ficou conhecido por proibir as calouradas e eventos culturais na Concha Acústica, e mesmo com a deliberação do Congresso de Estudantes da UFC para que reabrissem os espaços, o reitor manteve a intransigência e os espaços fechados na Universidade. Assim, diminui-se os espaços culturais e de convivência na universidade, vetando ou dificultando a relação da universidade com a comunidade. Infelizmente a proposta apresentada pela Reitoria vem a desenvolver a política de cerceamento dos espaços através de câmeras de vigilância, catracas e cartões de identificação. Afastando e segregando ainda mais o povo da universidade, tornando-a cada vez mais elitista, abandonando todo o princípio da universidade servir a comunidade. Primeiramente é preciso frisar que não há nada que venha mudar a situação de problemas como esse imediatamente, todas as soluções tem que ser pensadas a médio/longo prazo. No entanto as proposições da atual reitoria vão na contramão do nosso entendimento. A segurança da UFC é terceirizada, sendo um trabalho precarizado que é estranho a universidade. É necessário, como na USP, levantar a bandeira da efetivação dos trabalhadores terceirizados. É preciso enfatizar, que as possíveis soluções para a segurança na Universidade é a iluminação, a ocupação e retomada dos espaços públicos. Se aceitarmos essa política de Estado de Sítio da Reitoria só aumentaremos a segregação do povo com a Universidade e criaremos lugares mais vazios, desocupados, portanto mais perigosos. É importante assinalar também que a antiga política legalista de audiência pública do DCE-UFC (PSOL, PSTU, PCR) demonstrou mais uma vez completamente ineficiente, dessa vez nas esvaziadas “Jornadas pela Democracia da UFC”. Nesse atual período é necessário apostar na ação direta e na aliança trabalhadores/estudantes para resolvermos nossos problemas. Entendemos que as políticas de audiência pública são o oposto do protagonismo e da ação direta estudantil, pois se dá dentro dos marcos da legalidade burguesa, fazendo do estudante um mero espectador a mercê das decisões de terceiros. Ela atrofia a capacidade de mobilização estudantil, dificultando uma participação ativa dos estudantes na luta por suas reivindicações. Devido ao exposto é necessário convocarmos e construirmos com toda a universidade, professores, estudantes, servidores e trabalhadores terceirizados uma grande assembleia para discutirmos a política de segregação de Jesualdo e a construção de uma UFC para o povo, através do diálogo constante com a comunidade e a retomada dos espaços públicos.

O Centro Acadêmico Paulo Freire : A herança do imobilismo

O centro acadêmico de Pedagogia da UFC foi durante anos hegemônico pela UJR/PCR que impunha uma política burocratizada e distanciada da base de estudantes. Hoje há um certo continuísmo, pois mesmo não sendo ligado ao PCR como antes, ainda mantém sua influência e ainda são reproduzidos muitos dos seus métodos/práticas políticas. De tal forma que podemos afirmar que houve um continuísmo na gestão do C.A a alguns anos, esse continuísmo foi marcado por promessas eleitorais que nunca foram cumpridas durante mais de uma gestão como a não aplicação dos conselhos de representantes de turma(CORETUR) e a não prestação de contas das atividades recorrentes. Os fatos mais alarmantes dessa gestão que provocou o descontentamento de inúmeros estudantes são dois: a) Uma semana de Pedagogia que usou a estrutura da Faced e contou em sua maioria com seus professores custar 12 reais! Sendo um dos cursos de estudantes mais proletários da UFC. B) A gestão se afirmou como bianual(gestão de 2 anos) sem ter passado por nenhuma consulta aos estudantes! **Nós do CPL (Coletivo Pedagogia em Luta) exigimos a prestação de contas da semana de Pedagogia e defendemos a necessidade de se ter um processo eleitoral em que os estudantes da FACED possam escolher democraticamente os seus representantes legítimos.**

ENEPe

Ocorreu entre os dias 17 e 24 de julho na cidade de João Pessoa, Paraíba, o 31º ENEPe (Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia). O encontro teve a Educação Popular como tema e foi marcado por mesas e plenárias lotadas, atos de rua massivos, bem como *implosões, golpes e agressão física, dentro e fora da Plenária Final, pelos governistas da UNE* (União Nacional dos Estudantes). Mas o ENEPe, no todo, conseguiu se concretizar, contando com mais 1.200 estudantes. Os *Encontros de Área* do curso de Pedagogia, apesar de todo o turismo e demais desvios, é comparativamente um dos *Encontros de Área* mais importantes do movimento estudantil no Brasil, principalmente no que concerne a organização, atividade política e participação no Encontro. A prova disso foi seu vanguardismo em romper com o governismo expresso na UNE.

Em defesa de um ENEPe independente do governo

O ENEPe vem sofrendo cada vez mais investidas do governismo por causa de seu expressivo número de participantes. O mesmo grupo que propôs em Brasília no ano passado que o ENEPe perdesse sua autonomia financeira e política, realizando um Encontro financiado pelo Governo Federal, organizou mais uma vez uma proposta de ENEPe (proposta da UERJ). E para quem pensa que a UNE já está atolada na lama ainda pode se surpreender com a aliança que eles fizeram com setores da *Juventude Monarquista do Brasil!* Contando com um bloco minoritário no Encontro. O coletivo *Pedagogia em Luta* filiado a *RECC* (Rede Estudantil Classista e Combativa) realizou desde o primeiro dia uma ampla propaganda no evento e intervenções nas mesas e grupos de discussão denunciando os ataques do governo Dilma/PT, como o Novo PNE neoliberal e o corte de 3,1 Bi na Educação, contribuindo assim para

enriquecer os debates no encontro. Convocamos no Encontro, através da *Plenária Nacional do Coletivo Pedagogia em Luta*, os estudantes sinceros a organizarem em suas bases um coletivo e a travar um combate aos ataques do governo do PT à Educação. Organizamos dessa forma uma **Coordenação de Lutas** para construirmos **Campanhas por Creches nas Faculdades de Educação, Luta contra o PNE** e demais lutas por surgir, como o **boicote ao ENADE**. Para entendermos os rumos que esse Enepe tomou, ou não tomou, principalmente no seu desfecho final, é preciso fazer uma análise das *principais forças políticas* que hoje o movimento estudantil da Pedagogia comporta em seus encontros e o que na prática estas forças representam. Apesar das divergências práticas e teóricas com o **MEPR**, que hoje é a corrente de maior força atuante **MEPe** (Movimento estudantil de pedagogia), participamos com o mesmo e outros grupos e companheiros anti-governistas no *Campo de Luta da Pedagogia*, que é um bloco que atua dentro dos ENEPes e que é de fundamental importância para o distanciamento do MEPe da UNE. Aqui faz-se útil mostrar nossas diferenças e críticas a esse grupo no MEPe. A nosso ver o MEPR reproduz certo *obreirismo* prejudicial à reorganização estudantil, já tão comum no Movimento Estudantil. Semelhante a *ANEL*, que produz um *obreirismo sindical*, o MEPR reproduz um *obreirismo de tipo camponês*, no qual a centralidade da organização estudantil é o apoio à luta camponesa, secundarizando a luta dos estudantes, como se suas pautas e lutas específicas não pudessem colaborar, objetivamente com as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. Nós da RECC, apesar da aliança tática com esses setores, não compartilhamos com sua visão de ME, e no caso da ANEL, com o seu não rompimento total com a UNE. A ANEL, entidade estudantil para-governista que se propõe no discurso a organizar os estudantes por fora da UNE, mas não o faz na prática, acaba sempre por ir a reboque da mesma. Os autonomistas do **LAPA**, que até o ENEPe passado participavam do Campo de Luta da Pedagogia, tiveram nesse Enepe posições mais confusas e dúbias. Não tinham mais como eixo central o combate ao governismo, mas a luta contra o "aparelhamento". Não achamos que as críticas não devem ser feitas, até porque também temos discordâncias ao grupo referido, porém, era preciso entender que, naquele momento, o importante era o combate ao retorno do governismo ao MEPe, e da forma errônea como a crítica foi feita, abriu-se espaço para o "neutros e também descontentes" da UNE.

No final, graças a esses incidentes não conseguimos aprovar nem nosso plano de lutas. Voltamos para as bases sem o acúmulo necessário para as batalhas desse ano, já iniciado pelo corte de verbas e aprovação do PNE neoliberal. As práticas da UNE que ocorreram nesse ENEPe, e que já vem se mostrando um risco constante à uma realização saudável e segura para os Encontros, não devem ser mais toleradas pelos estudantes de pedagogia e pelas organizações dos encontros. E só organizados poderemos vencer o governismo no MEPe. **Devemos entender que é da despolitização e da desorganização dos estudantes pregada por esses setores da UNE, sob as fachadas de um pluralismo liberal e neutralidade político-partidária, que os mesmos implantam sua hegemonia.** Essa hegemonia significa na prática: paralisia e imobilismo estudantil frente aos ataques do governo, ataques esses legitimados por esses grupos. Só assim, na desorganização e despolitização, eles podem cumprir sua função de correia de transmissão do Ministério da Educação e Cultura, o que significaria um retrocesso.

Só a luta nos trará a vitória

O Banco Mundial e os interesses das classes e países dominantes interferem diretamente no cotidiano escolar dos estudantes, através da intervenção nas políticas educacionais, do financiamento etc. que dizem para quem deve servir a educação e é papel dos estudantes se organizarem e lutarem por uma educação que sirva ao povo, e não aos empresários!

A história nos ensina que só nos organizando e lutando conseguimos resistir ao ímpeto do capital e alcançar melhoras para nosso povo. Os últimos levantes estudantis europeus, por exemplo, nos ensinam que a luta dos/as estudantes deve ser contra os empresários e os governos, já que são estes que representam os interesses do capitalismo e precarizam e privatizam a educação. Além disso buscando sempre a democracia e a autonomia interna nas escolas e universidades para que a vontade da maioria prevaleça e não mandatos governamentais que a todos prejudica!

COLETIVO PEDAGOGIA EM LUTA

Por uma educação que sirva ao povo!

Que a classe trabalhadora tenha acesso à ciência e à técnica!

Fora as reformas neoliberais que ameaçam o direito à educação!

Pela unidade entre estudantes e trabalhadores!

Por uma Pedagogia que rejeite as políticas educacionais reformistas!

Por uma educação que não seja mercadoria!

Resistir! Lutar contra o Estado e os empresários que precarizam a educação

Contra o PNE neoliberal!

Por melhor assistência estudantil: creches, mais e maiores bolsas, RU noturno!

Boicote ao ENADE!

Nem ENEM, nem vestibular: Livre acesso já!